



Artigo

Educação Preventiva e Promoção da Saúde na Escola: desafios para orientação sexual em São Paulo

*Preventive education and health promotion in school:
challenges for sexual orientation in São Paulo*

*Educación preventiva y promoción de la salud en la escuela:
retos para orientación sexual en São Paulo*

*Education préventive et promotion de la santé à l'école: défis
pour l'orientation sexuelle à São Paulo*

Renato Barboza¹, Kátia Cibelle Machado Pirotta², Ligia Rivero Pupo³

¹ Pesquisador-Científico VI do Instituto de Saúde de São Paulo, Brasil, e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil. É formado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestre em Ciências pela Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: renbarprof@gmail.com

² Pesquisadora-Científica VI do Instituto de Saúde de São Paulo, Brasil. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestre e doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, Brasil. Atualmente é pesquisadora e pós-doutoranda no Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: katiapirotta@hotmail.com

³ Pesquisadora-Científica V do Instituto de Saúde de São Paulo, Brasil. É graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Brasil. É mestre Pelo Programa de Pós-Graduação em Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Correspondência: E-mail: ljiapupo@gmail.com

Resumo

Considerando-se a escassa produção científica sobre orientação sexual em redes de ensino, investigou-se os programas implementados pela Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, nos anos de 2001 a 2006. O artigo objetiva identificar as concepções e dificuldades dos diretores e coordenadores pedagógicos no desenvolvimento das ações de orientação sexual na rede pública de ensino. No período investigado, três projetos destacaram-se pela duração e forte presença na rede escolar, constituindo um cenário privilegiado para o estudo da educação preventiva e da promoção da saúde entre adolescentes. Realizou-se um estudo descritivo-retrospectivo, de abordagem qualitativa, com oito informantes-chave que foram entrevistados em profundidade. As principais categorias de análise foram: ações pontuais na disciplina de Ciências; pouco poder, baixa legitimidade e resistência dos professores; avanços percebidos; fragilidades na avaliação; alta rotatividade dos educadores; e, descontinuidade dos projetos. A análise evidenciou dificuldades estruturais e pedagógicas. As ações frequentemente dependeram do interesse pessoal dos profissionais em detrimento de um projeto coletivo. Com a mudança da gestão, houve descontinuidade dos projetos nas escolas. O estudo subsidia o campo da educação preventiva e da promoção da saúde, respaldando o saber-fazer dos educadores e indica caminhos para a superação das lacunas na instituição escolar.

Palavras-chaves: Políticas Públicas, Educação em Saúde, Educação Sexual, Desenvolvimento de Programas, Promoção da Saúde.

Abstract

Considering the scarce scientific literature on sexual orientation in educational systems, we investigated the programs implemented by the Municipal Education Secretariat of São Paulo, in the years 2001-2006. The article aims to identify the concepts and difficulties of directors and pedagogical coordinators to developing sexual orientation actions at public schools. In the investigated period, three projects distinguished by duration and strong presence into the school network, constituting a privileged setting for the study of preventive education and health promotion among adolescents. We conducted a descriptive retrospective study of qualitative approach, with eight key informants who were interviewed in-depth. The main categories of analysis were: punctual actions in the sciences discipline; low empowerment, low legitimacy and teachers' resistance; advances perceived; assessment weaknesses; teachers' turnover high; and projects' discontinuity. The analysis showed structural and pedagogical difficulties. The actions often depended on the interests of the professionals to the detriment of a collective project. With the change of management, there was discontinuity of projects at schools. The study subsidizes the preventive education field and the health promotion, supporting the educators' know-how and provides opportunities to overcome

the gaps in schools.

Keywords: Public Policies, Health Education, Sex Education, Program Development, Health Promotion.

Resumen

En vista de la escasa literatura científica de orientación sexual en escuelas, investigamos programas implementados por la Secretaría Municipal de Educación de São Paulo (2001-2006). El artículo identifica las concepciones y dificultades de los directores y coordinadores en el desarrollo de acciones de orientación sexual en la red pública de ensino. El periodo investigado, tres proyectos se destacaron por la duración y fuerte presencia en la red, lo que constituye un escenario privilegiado para el estudio de la educación preventiva y promoción de la salud entre adolescentes. Se realizó un estudio retrospectivo descriptivo de enfoque cualitativo, con ocho informantes-clave entrevistados en profundidad. Las principales categorías de análisis fueron: acciones específicas en la disciplina de ciencias; baja potencia, baja legitimidad y resistencia de los maestros; avances percibidos; debilidades en la evaluación; alta rotación de los maestros; discontinuidad de los proyectos. El análisis evidenció dificultades estructurales y pedagógicas. Acciones a menudo dependían de los intereses particulares de los profesionales, a costa de un proyecto colectivo. Bajo cambio de gestión, hubo discontinuidad de los proyectos. El estudio subvenciona el campo de la educación preventiva y promoción de la salud, apoyando la experiencia de los educadores y ofrece oportunidades para superar las brechas en las escuelas.

Palabras Clave: Políticas Públicas, Educación en Salud, Educación Sexual, Desarrollo de Programa; Promoción de la Salud.

Resumé

Compte tenu de la rareté de la production scientifique sur l'orientation sexuelle dans les réseaux éducatifs, nous avons étudié les programmes mis en œuvre par le Département municipal de l'éducation de São Paulo de 2001 à 2006. Cet article vise à identifier les conceptions et les difficultés des directeurs et des coordinateurs pédagogiques. dans le développement d'actions d'orientation sexuelle dans le système scolaire public. Au cours de la période considérée, trois projets se sont distingués par leur durée et leur forte présence dans le réseau scolaire, constituant un scénario privilégié pour l'étude de l'éducation préventive et de la promotion de la santé chez les adolescents. Une approche descriptive, rétrospective et qualitative a été réalisée avec huit informateurs clés interrogés en profondeur. Les principales catégories d'analyse étaient les suivantes: actions spécifiques dans la discipline des sciences; faible pouvoir, faible légitimité et résistance des enseignants; avancées perçues; faiblesses dans l'évaluation; taux de rotation élevé des éducateurs; et la discontinuité des projets. L'analyse a révélé des difficultés structurelles et pédagogiques. Les actions dépendaient souvent de l'intérêt personnel des professionnels au détriment d'un projet collectif. Avec



le changement de direction, il y a eu des discontinuités de projets dans les écoles. L'étude subventionne le domaine de l'éducation préventive et de la promotion de la santé, soutient le savoir-faire des éducateurs et indique les moyens de combler les lacunes de l'institution scolaire.

Mots-clés: Politiques Publiques; Éducation à la Santé, Éducation Sexuelle, Développement de Programme, Promotion de la Santé.

Introdução

No Brasil nas últimas três décadas, esforços foram realizados para incorporar ações de prevenção às IST/aids (Infecções Sexualmente Transmissíveis/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), ao uso indevido de drogas e à gravidez não planejada entre adolescentes nas prioridades programáticas definidas pelos gestores estaduais e municipais. O reconhecimento dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos dos adolescentes é fundamental para desfrutar melhores condições de saúde integral e acessar os meios de prevenção disponíveis. Assim, a observância desses aspectos são elementos essenciais para o enfrentamento e a redução da vulnerabilidade social dos adolescentes e, sobretudo do respeito à cidadania (Ayres, 2002; Brasil, 2010).

No campo da educação em saúde, as ações ancoradas na perspectiva da educação preventiva integral e dos temas transversais preconizados pelo Ministério da Educação, desde 1990, visam à implementação de políticas e programas de orientação sexual apoiados em ações contextualizadas, sustentáveis e na participação ativa da comunidade escolar. Nas escolas, no entanto, verifica-se que nas atividades voltadas à sexualidade e à prevenção das IST/aids e do uso indevido de drogas ainda é recorrente a realização de ações pontuais, como campanhas e palestras associadas à distribuição de folders e preservativos masculinos, prática hegemônica que atinge um número restrito de alunos (Paiva e cols., 2006).

Em 2005, o censo escolar realizado em escolas da rede pública e privada, aferiu que, das 161.679 escolas que responderam as questões sobre ações de promoção à saúde e educação preventiva, 94% declararam trabalhar com algum tema, como drogas (71,0%), IST/aids (60,4%) e gravidez na adolescência (51,8%). A análise demonstrou que, no Brasil, 67,8% das escolas de ensino fundamental e 96,2% de ensino médio abordaram a prevenção das IST/aids. As principais estratégias pedagógicas referiram-se à inserção em alguma disciplina (81,4%), realização de palestras (70,8%) e a oferta de materiais educativos (38,3%). Nessas escolas, somente 9,1% disponibilizaram preservativos masculinos aos alunos. A proporção foi maior na rede pública do que na privada, 5,9% e 4,5%, respectivamente (Brasil, 2005).

A problematização dos padrões culturais instituídos e não apenas a reprodução de informações, especialmente as de cunho biomédico ainda é um desafio que deve ser enfrentado pelos gestores da educação e da saúde na condução de processos educativos que promovam a ressignificação de valores, atitudes e comportamentos relacionados à sexualidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997 trouxeram inovações significativas na estrutura curricular, instituindo os Temas Transversais, os quais abordam um conjunto de assuntos que devem ser discutidos de forma interdisciplinar com vistas à formação de sujeitos críticos (Brasil, 1996; Brasil, 1997). Contudo, lacunas e fragilidades teóricas dificultam a adoção dos PCN nas escolas, sobretudo nas temáticas relacionadas a gênero, diversidade sexual e sexualidade. Atualmente, observa-se um retrocesso na discussão sobre o currículo escolar, especialmente no que tange à abordagem pedagógica sobre os temas gênero e família em oposição às diretrizes preconizadas pelos PCN na década de 1990.

No cenário brasileiro, a análise dos documentos oficiais demonstra que a opção por programas de prevenção importados, ancorados em modelos autoritários e dogmáticos, centrados na veiculação de informações formatadas e descontextualizadas, não é efetiva para a redução das vulnerabilidades dos adolescentes (Sfair e cols., 2015). Em contraposição, os programas de educação preventiva integral preconizam que a abordagem da sexualidade não deve se restringir apenas à função reprodutiva, mas ser tratada como um dos pilares da cidadania e da formação da identidade individual e social, bem como da vivência das emoções e dos prazeres. Essa perspectiva da sexualidade requer um trabalho interdisciplinar, não restrito aos componentes curriculares de Ciências e Biologia (Grupo de Trabalho, Pesquisa e Orientação Sexual e cols., 1994). Assim, recomenda-se a adoção de práticas educativas e de promoção da saúde orientadas para o desenvolvimento de atitudes emancipatórias, as quais possuem maior potência para intervir nas dimensões da vulnerabilidade individual e social dos adolescentes (Ayres, 2002; Paiva, 2002; Brasil, 2006a).

Ao analisarmos os desafios para a prevenção do HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) nos compromissos assumidos pelo Brasil na Organização das Nações Unidas, constatamos que se faz necessário aperfeiçoar os modelos e as estratégias adotadas, uma vez que faltam informações que possibilitem verificar e avaliar a qualidade das ações governamentais, bem como para analisar as mudanças alcançadas (Paiva e cols., 2006). Para atingir tais objetivos, faz-se necessário investigar em profundidade, o processo de tomada de decisão dos gestores da educação, responsáveis pela condução das políticas públicas no campo da sexualidade nas escolas (Souza, 2006; Dalfior e cols., 2015). A complexidade desse campo implica envidar esforços na perspectiva interdisciplinar, com vistas à produção de conhecimento teórico-metodológico que ilumine a avaliação das políticas públicas de educação em saúde no país. Nessa ótica, a interface com o campo da História tem contribuído sobremaneira para a compreensão da temporalidade do processo decisório operacionalizado pelos gestores e pelas equipes técnicas responsáveis pela implementação e avaliação das políticas públicas em curso no país (Marques & Faria, 2013).

Considerando a escassa produção sobre a avaliação das políticas de orientação sexual, buscou-se conhecer os elementos imprescindíveis para o fortalecimento de novas iniciativas. O artigo objetivou identificar as concepções e as dificuldades vocalizadas por diretores de escolas e coordenadores pedagógicos no desenvolvimento das ações de orientação sexual na rede municipal de ensino de São Paulo.

Metodologia

O estudo foi realizado na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP), a qual oferece mais de um milhão de vagas em diversas modalidades de ensino. Na época do estudo, esses equipamentos estavam distribuídos em 13 Coordenadorias de Educação, posteriormente reorganizadas em 31 subprefeituras.

No período de 2001 a 2005, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy, foram implementados na SME-SP diversos programas e projetos na área da orientação sexual. Três projetos se destacaram pela duração e pela forte presença nas escolas: o “Programa de Educação em Saúde Preventiva e Sexualidade” (PEPS), iniciado em 2001; o “Projeto Orientação Sexual na escola: um trabalho processual”, em parceria com a Organização Não Governamental “Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual” (GTPOS), no biênio 2003-2004; e o projeto “Vamos Combinar?”, desenvolvido em parceria pelas Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, iniciado em 2003, estendendo-se até 2005. Esses programas formaram um cenário privilegiado para o estudo da orientação sexual nas escolas e adotaram diferentes estratégias pedagógicas, como a formação dos professores, de adolescentes multiplicadores de informações e a produção de materiais didáticos para subsidiar as ações de prevenção e de promoção da saúde.

Os dados aqui apresentados são um desdobramento do projeto de pesquisa “Educação Sexual na Escola e Direitos Sexuais e Reprodutivos – Avaliação da Política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo 2001 a 2005”, desenvolvido em parceria entre a Ecos - Comunicação em Sexualidade e o Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (Pirotta e cols., 2006).

Foram entrevistados em profundidade oito diretores ou coordenadores pedagógicos em cada uma das oito escolas da SME-SP que ofereciam simultaneamente o ensino fundamental e o ensino médio. Foi realizado um estudo retrospectivo-descritivo de abordagem qualitativa (Minayo, 2004), baseado na percepção desses informantes-chave sobre o desenvolvimento das ações de orientação sexual no período de 2001 a 2006, incluindo os dois primeiros anos da gestão do prefeito José Serra. Segundo Minayo (2004), as metodologias qualitativas “são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas” (p.10).

As entrevistas foram gravadas, transcritas e as narrativas submetidas à análise de conteúdo (Bardin, 1979). Em consonância aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil, constante da resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, o presente projeto foi submetido à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde e recebeu parecer favorável registrado sob o nº 0081.0.000.253-06. Os participantes foram convidados e esclarecidos previamente pelos pesquisadores sobre os objetivos do estudo e formalizaram o seu aceite por meio da assinatura em duas vias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

As categorias de análise apresentadas no presente artigo são: a) Ações pontuais e inscritas na disciplina de Ciências; b) Pouco poder, baixa legitimidade e resistências; c) Avanços percebidos: alunos e pais conscientes e informados; d) Fragilidades na avaliação das ações; e) Alta rotatividade dos educadores; f) Descontinuidade dos projetos na SME-SP.

Resultados e Discussão

O perfil dos informantes foi constituído por cinco coordenadores pedagógicos, um assistente de direção e dois diretores de escola. Todos os entrevistados possuíam larga experiência no magistério e na gestão escolar, atuando na SME-SP entre 20 e 30 anos. Seis entrevistados trabalhavam há pelo menos cinco anos na mesma escola. Sete profissionais relataram que foram desenvolvidas ações de orientação sexual, relacionadas a algum dos três projetos implementados na rede municipal. Apenas um entrevistado não soube informar se alguma ação havia acontecido. Em geral todos os coordenadores pedagógicos e diretores referiram-se às ações como “ações da Secretaria de Educação”, ou “ações propostas pela Coordenadoria de Educação”. Não fizeram, portanto, nenhuma distinção ou particularização das atividades adotadas por cada projeto. Contudo, somente uma das escolas identificou e diferenciou quais foram os projetos implementados pela SME-SP.

Cabe explicitar que os cursos de formação da SME-SP disponibilizavam poucas vagas para cada escola. Um ou dois professores interessados aderiam ao processo de capacitação e esperava-se que atuassem como multiplicadores junto aos seus pares. Isso raramente aconteceu, evidenciando que não houve um projeto coletivo do corpo docente para abordar a sexualidade nas escolas.

A) Ações Pontuais e Inscritas na Disciplina de Ciências

Contatou-se que, a maioria das ações foram executadas por um número reduzido de professores e as atividades pedagógicas restringiram-se as suas salas de aula, em geral de Ciências e Biologia, reproduzindo a situação encontrada no censo escolar de 2005. Nessa perspectiva, três informantes avaliaram que:

Uma das dificuldades foi o fato do projeto estar centrado num só professor. (entrevistado 7)

A escola tem um projeto de educação sexual trabalhado pelos professores da área de Ciências, com relação à reprodução, à sexualidade, ao desenvolvimento humano, como é que funciona a parte sexual feminina, a parte sexual masculina. Então sempre foi desenvolvido dentro da área de Ciências e na sala de aula. (entrevistado 4)

Na área de Ciências, a questão da sexualidade, da reprodução, da gravidez na adolescência são temas que sempre são abordados, tanto quanto drogas, que a gente sempre tenta esclarecer os alunos principalmente no ensino fundamental II. (entrevistado 3)

Os depoimentos demonstram que a orientação sexual e a abordagem da sexualidade nas escolas pesquisadas reproduziu uma perspectiva moralizadora ou de disciplinarização dos corpos, ancorada nos saberes da Medicina e da Biologia (Louro, 2004). Dessa forma, a concepção adotada sobre as atividades voltadas à orientação sexual, distanciou-se da abordagem transversal e

interdisciplinar, essenciais para a promoção da autonomia e da observância da diversidade sexual e da equidade de gênero presentes nos marcos norteadores dos Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos dos adolescentes, como na plataforma da Conferência de Beijing (Organização das Nações Unidas, 1995).

Além das aulas, uma das principais ações era a realização de palestras por especialistas externos convidados pelas escolas. Observou-se que, os graduandos em campo de estágio assumiram o papel de palestrante, no entanto, sem a devida supervisão de um docente, conforme as narrativas desses entrevistados:

Nós tivemos vários palestrantes aqui da universidade que vieram fazer uma palestra sobre drogas e outra sobre a gravidez indesejada. (entrevistado 3)

Temos os estagiários da universidade que trabalham a educação sexual e fazem palestras, trazem material para ser demonstrado... eu tenho o pessoal que faz palestras sobre saúde bucal, sobre saúde mental... (entrevistado 4)

Segundo os depoimentos, diversos materiais educativos foram enviados para as escolas com o objetivo de apoiar pedagogicamente o desenvolvimento das ações de orientação sexual. Os educadores ressaltaram a qualidade desses recursos pedagógicos, mas observaram que o seu uso se limitou a um pequeno número de professores, geralmente os capacitados pelos projetos da SME-SP, como vocalizado nessas falas: *“Veio muito material para desenvolver trabalhos em grupo e aulas expositivas... temos bastante material escrito, tudo de qualidade”* (entrevistado 4). *“A escola recebeu bastante material... álbuns seriados, vídeos, cartazes, bonecos com as partes do corpo, veio uma boa quantidade que está num armário do laboratório de Química”* (entrevistado 7). Um outro problema apontado pelos educadores foi a subutilização dos materiais educativos, sobretudo devido à falta de um projeto coletivo e interdisciplinar, como destacado por um informante: *“já recebíamos isso há alguns anos, mas esse material foi utilizado por poucos professores”* (entrevistado 6).

Perguntados se foi realizada alguma articulação com a área da saúde para desenvolver as ações de educação sexual na escola, os entrevistados identificaram como *“articulação com a saúde”* todos os contatos e parcerias pontuais que as escolas tiveram, seja com empresas públicas ou privadas, organizações do Terceiro Setor ou profissionais autônomos para realização de palestras. Nesse sentido, a narrativa de dois entrevistados, explicita esses aspectos: *“temos uma parceria com a Schering do Brasil e há muitos anos eles vêm e fazem palestras (...) o Rotary trouxe médicos e psicólogos”* (entrevistado 8). *“Foi feito com a Sabesp... um moço de lá percebeu que as crianças depredavam a escola, aí eles fizeram do projeto de orientação sexual, um projeto de orientação de vida dentro da escola”* (entrevistado 6).

Apenas um informante referiu algum tipo de articulação com a rede municipal de saúde, mas demonstrou que foi uma ação de caráter informal e pontual, limitada ao encaminhamento de algumas crianças para avaliação e acompanhamento com psicólogos, além de uma tentativa frustrada para vacinação dos alunos, proposta pela unidade de saúde da rede de Atenção Básica próxima à escola. Esse depoimento, também explicita fragilidades no que concerne à veiculação das

diretrizes programáticas do nível central das Secretarias Municipais da Saúde e da Educação, com vistas às fomentar interfaces entre as escolas e as unidades de saúde no âmbito do território.

Com esse posto de saúde que é o mais próximo, houve alguma coisa que não aconteceu bem. Eles queriam que a escola recolhesse a carteirinha e fizesse algumas coisas para vacinação e a assistente de direção se negou e com isso, eles quase nunca nos atendiam, depois desse entrevisto. (...) Teve ações integradas com a Secretaria da Saúde no acompanhamento psicológico dos alunos com dificuldades. (entrevistado 7)

Um dos informantes também relatou um projeto que é desenvolvido há vários anos em parceria com entidades e conselhos de direitos, ao destacar que *“temos o projeto de integração de alunos que trabalha as questões da autoestima, da diversidade sexual, que traz muito problema pro jovem, quando ele se percebe diferente. (...) Temos várias parcerias com o CEDECA [Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente], com os Conselhos Tutelares, com as entidades estudantis...todo mundo ajuda, a escola precisa ser aberta”* (entrevistado 8).

Constata-se que, as situações mencionadas não se configuram como parcerias inseridas num projeto pedagógico construído a partir de um diagnóstico das necessidades dos alunos, com objetivos claros e visando a abordagem da sexualidade e da saúde reprodutiva, sob a ótica da integralidade e do protagonismo dos adolescentes. Não se nota, nos depoimentos, a inclusão dos adolescentes no planejamento das ações nem na sua avaliação. As evidências demonstram que, apesar da tentativa de articulação entre as escolas e os serviços de saúde, não se alcançou no período avaliado, o desenvolvimento de uma proposta intersetorial com o compartilhamento de papéis e responsabilidades dos agentes públicos. Cabe ainda frisar que, o não envolvimento dos adolescentes no que concerne às propostas voltadas à sexualidade e à promoção da saúde na escola, revela uma concepção pedagógica obsoleta, além de solapar as possibilidades de conscientização dos alunos quanto ao direito à saúde e o entendimento da complexidade dos determinantes que envolvem o processo saúde-doença (Monteiro & Bizzo, 2015; Paiva, 2002; Ayres, 2002).

B) Pouco Poder, Baixa Legitimidade e Resistências

Por se sentirem inseguros, alguns professores não desenvolveram nenhuma ação na escola após a capacitação e não conseguiram compartilhar com o corpo docente as discussões e as propostas elaboradas ao final do processo de formação. Esses relatos evidenciam essas dificuldades na organização da dinâmica escolar:

Nós não desenvolvemos nenhum projeto específico, porque somente eu havia feito o curso na escola e não me senti seguro para desenvolver um projeto, embora o curso fosse muito bom, ele não me habilitava a formar outros professores. Eu esperava que houvesse uma continuidade do curso e não teve, aí a insegurança aumentou. (entrevistado 2)

Eu particularmente não me sinto apto. Para você fazer algo só por modismo, aqui na escola a gente optou por não fazer. Eu acho que a gente peca menos né? (entrevistado 4)

Os professores pecam por omissão. Aí eles falam: 'Não, não me sinto capacitado para tocar nesse assunto', então acaba ficando só na mão desta professora mesmo... São pouquíssimos os que se arriscam. (entrevistado 3)

As narrativas mostram como muitos professores ainda se percebem com pouco poder e legitimidade para assumir o papel de multiplicadores, baseado na tecnologia de educação por pares, colocando em xeque a efetividade dessa estratégia. Estudos apontam que essa estratégia supervaloriza a transmissão de informações técnico-científicas, correndo-se o risco de minimizar a centralidade dos processos educativos fundamentados na pedagogia construtivista e o saber-fazer em sexualidade (Ayres, 2002; Ayres, 2003; Calazans, 2012).

Outra estratégia desenvolvida na rede municipal de ensino foi a disponibilização de preservativos masculinos, através de um projeto piloto, desenvolvido em parceria pelas Secretarias Municipais da Saúde e da Educação e alinhado ao “Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas”, proposto no ano de 2003 pelo governo federal. Cabe frisar que esse projeto é considerado um marco na trajetória das políticas públicas que envolvem o binômio saúde-educação, fortalecendo o papel da escola e das unidades básicas de saúde como espaços estratégicos para a promoção da prevenção e a redução de vulnerabilidade às IST/aids e à gravidez entre adolescentes (Brasil, 2006b).

Contudo, no universo estudado, apenas duas escolas disponibilizaram o preservativo masculino, abrangendo um contingente maior de adolescentes. A experiência revelou a potencialidade da interface entre as instituições da Saúde e da Educação no compartilhamento de saberes e práticas em prol do acesso dos adolescentes aos meios de prevenção. “Na época tivemos a visita do pessoal da Secretaria, não só da Educação, mas também da Saúde para explicar como funcionava a distribuição e como nós faríamos isso estatisticamente para oferecer ao aluno” (entrevistado 4). Entretanto, um dos coordenadores pedagógicos se mostrou reticente quanto à incorporação dessa estratégia e vocalizou dúvidas quanto à sua adequação ao rol de atividades e funções desempenhadas pela escola, afirmando que:

Pra falar a verdade, nem todos eram favoráveis que isso acontecesse na escola. Não que somos contra, mas não reconhecemos a escola como um lugar apropriado. Distribuir na escola que nem leite, que nem camisetas de uniforme, coisas que a gente faz já ‘meio’ contrariado... Naquele momento eu e outros professores não achávamos que era adequado, mas muitos achavam que estava bom e ninguém impediu. (entrevistado 7)

Pôde-se constatar que houve uma grande resistência do corpo docente para incorporar essas ações preventivas inovadoras na dinâmica escolar. Paradoxalmente, é permitida a explicação e a demonstração dos procedimentos que devem ser seguidos para o uso correto do preservativo masculino e até mesmo a oferta de algumas unidades para os alunos que participam de palestras ou oficinas de prevenção. No entanto, a opção por uma ação mais ousada, estruturada e contínua no

lôcus da escola ainda não é um consenso entre os educadores, reiterando a importância dos processos de formação e de supervisão dos professores.

Experiências realizadas em outros municípios paulistas destacam o potencial dessa estratégia, mediada pela orientação de um professor capacitado e com a interface entre a escola e a unidade de saúde. Portanto, não se trata de uma distribuição indiscriminada, uma vez que a mesma é efetuada com base em critérios e registros padronizados que permitem monitorar e avaliar a efetividade ao longo do tempo (Campos e cols., 2013).

C) Avanços Percebidos: alunos e pais conscientes e informados

Alguns entrevistados consideraram que a sexualidade deveria ser trabalhada ao lado de outros temas, como a saúde em geral, o meio ambiente, a diversidade cultural etc. Outros, por sua vez, defenderam uma abordagem específica da sexualidade, conferindo maior visibilidade às discussões ao longo do ano letivo, incorporando o gênero, a diversidade sexual, os direitos sexuais, os direitos reprodutivos, o prazer e o erotismo. Do ponto de vista metodológico, os educadores enfatizaram que as atividades não deveriam se restringir à veiculação de informações técnicas, como ilustra esse depoimento: *“Ninguém se posiciona só com a informação (...) a informação é trabalhada junto com os valores. A gente trabalhou bastante esse aspecto, de que todos nós somos responsáveis e precisamos respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos da sexualidade, compreendendo a busca do prazer como uma dimensão saudável da sexualidade humana”* (entrevistado 5).

O depoimento anterior também reflete as diretrizes dos PCN e do guia de orientação sexual, reforçando o caráter fundamental da problematização dos valores, preconceitos e representações socioculturais no espaço escolar, bem como a relevância da corresponsabilização dos atores envolvidos no trabalho com adolescentes (Brasil, 1997; Grupo de Trabalho, Pesquisa e Orientação Sexual e cols., 1994). Como referido anteriormente, os temas foram discutidos no planejamento anual, sobretudo pelos docentes das áreas de Ciências e Biologia, os quais tradicionalmente abordam essa temática e são os mais envolvidos na condução das atividades. Contudo, o desenvolvimento de um trabalho de caráter transversal nas escolas, discutido desde a década de 1970, ainda é um desafio para os gestores da educação, fato que reitera a relevância da formação dos docentes nos cursos de graduação e nas ações de educação continuada conduzidas pelas secretarias de educação (Monteiro & Bizzo, 2015).

Em geral os entrevistados afirmaram que depois da realização dos projetos, os alunos estavam mais conscientes e informados e demonstravam uma maior capacidade na discussão de temas relacionados à sexualidade. Um informante também relatou que houve mudanças nas atitudes dos pais, indicando que as ações contribuíram para a sensibilização dos mesmos e não beneficiaram apenas os alunos.

A gente teve resultado, inclusive um aluno nosso ganhou um prêmio no primeiro lugar num concurso do Ministério da Educação junto com a Secretaria da Mulher. A redação era um questionamento sobre a situação da mulher e ele colocou muito do que era do projeto, porque ele entendeu bem. A redação se chama Igualdade de Gêneros. (entrevistado 5)

A maioria dos pais mudou o comportamento e esse é o grande avanço, porque não adianta só mudar o comportamento do jovem, se ele lá fora não for aceito. (entrevistado 8)

Alguns informantes, contudo, afirmaram que as ações não foram efetivas porque ainda existiam adolescentes grávidas, revelando um sentimento de onipotência dos professores, dado que os resultados das ações de educação preventiva só aparecem ao longo prazo, como observado nessa narrativa: *“Infelizmente não chegou onde a gente queria porque nós temos duas alunas que deram à luz hoje, então a gente gostaria que elas não estivessem grávidas. Como é que furou o esquema? Tanta orientação e a gravidez na adolescência ainda acontece. A gente fica frustrado”* (entrevistado 3). Cabe salientar que, as diretrizes da promoção da saúde não visam produzir efeitos pontuais e dependem necessariamente, em última instância, de um trabalho desenvolvido em rede, alicerçado no compromisso compartilhado e em parcerias intersetoriais sustentáveis, capazes de responder às necessidades de saúde dos adolescentes na contemporaneidade (Brasil 2006a; Buss, 2003; Barboza, e cols., 2014).

D) Fragilidades na Avaliação das Ações

A avaliação é uma dimensão essencial na implementação de programas de educação preventiva integral e de sexualidade, pois permite conhecer a direcionalidade e efetuar os ajustes necessários para atingir os objetivos propostos. Um entrevistado se referiu de forma vaga sobre a existência de avaliações periódicas ao longo do ano letivo, mas não detalhou o processo adotado e os seus elementos: *“É avaliado constantemente, inclusive pelo Conselho de Escola, a gente no final do ano faz um balanço”* (entrevistado 8). Alguns mencionaram as planilhas de controle de dispensação de preservativos como uma forma de avaliação e de monitoramento: *“Tínhamos planilhas que nós preenchíamos tanto aquelas que iam pra Coordenadoria da Educação como aquelas que nós tínhamos aqui para o nosso controle dentro da escola. Elas não tinham nome, porque não era necessário você identificar o indivíduo, mas a gente tinha pelo menos uma ideia de quantas pessoas e qual a constância que eles compareciam pra aquilo”* (entrevistado 4). Outros citaram a apresentação do trabalho desenvolvido pela escola em congressos promovidos pela SME-SP: *“Em relação à avaliação, o trabalho foi apresentado no Congresso Municipal de Educação do ano passado”* (entrevistado 5). A verificação da aprendizagem dos alunos através de provas e outras atividades também revelou o caráter conteudista da avaliação: *“Os alunos foram avaliados através dos textos discursivos para verificar o que tinham aprendido”* (entrevistado 5).

Vários informantes desconheciam se a escola possuía algum tipo de registro sistematizado no formato de relatórios. Alguns achavam que havia sido elaborado um relatório, mas não tinham

certeza se estava disponível nos arquivos da escola. Constatou-se que, o processo de avaliação dos projetos dedicados à orientação sexual não foi incorporado à rotina escolar conforme a expectativa das equipes de coordenação da SME-SP: “A escola não tem o hábito de guardar, porque não comporta tantas coisas que tem” (entrevistado 6). “Não sei bem se tinham relatórios porque eu nunca vi... eu falo a verdade, eu não acompanhei bem de perto” (entrevistado 7). Em que pese algumas ações pontuais de avaliação relatadas, seu produto reflete a execução de uma atividade burocrática e administrativa ao invés de uma atividade de caráter técnico pedagógico, fundamental para a continuidade, a memória e o aprimoramento das ações realizadas.

E) Alta Rotatividade dos Educadores

Uma das principais dificuldades percebidas pelos diretores e pelos coordenadores pedagógicos foi a alta rotatividade dos profissionais da educação e a dependência de professores engajados para a continuidade das ações, diante da inexistência de um projeto coletivo, como relatado por esses informantes:

É impossível você fazer um trabalho que vai durar mais de um ano, se você não sabe se o professor vai estar aqui no ano que vem, aí tem que começar tudo de novo. (entrevistado 5)

A professora de sala de leitura interrompeu porque ela saiu e a substituta não continuou. Era um projeto pessoal dela e nesse momento está descontinuado. (entrevistado 3)

A rotatividade dificulta a sedimentação das propostas, na medida em que a experiência acumulada se perde com a saída de alguns professores. Esse aspecto revela que a capacitação dos professores no campo da sexualidade é insuficiente, sendo necessário envidar esforços para a sustentabilidade técnica e política dos programas de orientação sexual, o que ainda é um desafio para as políticas públicas implementadas na educação e na saúde, em consonância aos estudos realizados sobre essa temática (Ayres, 2003; Barboza e cols., 2014). Os depoimentos abaixo vocalizam essa problemática da rotatividade dos educadores capacitados pelos projetos da SME-SP:

Tem uma alta rotatividade no corpo docente, se eles ficassem a formação do projeto seria mais sólida porque a gente vai aprendendo com os erros, vai mudando a visão de mundo. (entrevistado 5)

Aqueles profissionais que tiveram acesso à informação [cursos] foram cada um para um lugar. Os projetos deveriam ser mais abrangentes e o profissional não deveria sair da escola para fazer a formação, mas a formação deveria vir para a escola. (entrevistado 8)

F) Descontinuidade dos Projetos na SME-SP

Os entrevistados foram unânimes ao afirmar que a descontinuidade dos projetos de orientação sexual no nível central da SME-SP repercutiu na agenda de trabalho das Coordenadorias de Ensino e impactou diretamente nas ações que estavam em curso nas escolas. A interlocução com a rede de saúde também foi desarticulada, bem como as ações de supervisão técnica desempenhadas pelos profissionais do nível regional da SME-SP ou ainda pelos consultores contratados pela Secretaria para implementação dos projetos.

A distribuição de preservativos parou de repente e a gente não sabe o porquê.

(entrevistado 4)

Quando eu fui para a Coordenadoria, eu vi no final de 2004 um abandono desse projeto... parecia que não queriam mais e achavam que era desperdício de dinheiro.

(entrevistado 6)

Independente de quem está no poder a gente avança e retrocede. Muda o governo e alguém tem que fazer diferente, aí a gente perde a qualidade do trabalho. Na gestão passada, tivemos quatro secretários... acho que foram quatro ou cinco até me perco. Cada um com uma cabeça e isso é um retrocesso para Educação em todos os níveis.

(entrevistado 8)

Outro entrevistado considerou que não houve nenhum avanço, dado que as ações iniciadas na escola não tiveram continuidade e, com a mudança da gestão municipal, o único professor capacitado não deu prosseguimento às atividades propostas. “Não posso dizer que teve grandes avanços porque infelizmente o projeto acabou praticamente morrendo e o professor não teve mais a iniciativa de levar à frente esse projeto” (entrevistado 7).

Em todas as escolas, os projetos de orientação sexual foram paralisados e descontinuados com a mudança da gestão municipal. Nessa transição, um dos principais problemas identificados refere-se à falta de autonomia das escolas para propor e desenvolver os seus projetos e programas com base nas demandas da comunidade escolar. Na visão dos dirigentes das escolas, essa situação foi atribuída à dinâmica de trabalho da SME-SP, baseada em decisões tomadas “de cima para baixo”, gerando sobrecarga de atividades executivas e desvalorização dos processos de planejamento coletivo adotados na gestão anterior:

Essa gestão veio com dois programas muito grandes, que é o “Ler e Escrever” e o “São Paulo é uma Escola”. O “Ler e Escrever” veio pra dar conta de que as crianças acabam o ensino fundamental e não sabem ler e escrever. No outro a criança fica mais tempo na escola em oficinas. Os dois projetos são muito trabalhosos e a escola não tem estrutura para receber tudo isso. (entrevistado 3)

Quem se mete a fazer mais, é mais uma dor de cabeça, não dá tempo, é uma confusão. Eu estou na Educação há tanto tempo e está sendo um retrocesso, até porque já vem tudo mastigado e não tem mais espaço pra criatividade. (entrevistado 6)

Se esse projeto de orientação sexual ainda estivesse dentro da escola, teria dificuldade para desenvolvê-lo, porque na hora do trabalho coletivo, tem muitas outras demandas prontas que vem de cima. Estou vendo a escola morrendo a cada dia por falta da autonomia e de liberdade de expressão. (entrevistado 5)

Em 2005, no mandato do prefeito José Serra foi implantado o Programa “São Paulo é uma Escola” na rede municipal de ensino, com foco em ações desenvolvidas nos períodos do pré e do pós-aula e nos finais de semana. O novo programa objetivou promover o acesso e a permanência na rede de ensino e o desenvolvimento de ações culturais, esportivas e de saúde. No que tange à promoção da saúde, o enfoque foi centrado na saúde bucal, na saúde mental e na saúde auditiva. Para tanto, foi incorporado à equipe escolar, a figura do educador comunitário, responsável por articular as ações educativas e os projetos político pedagógicos das escolas (São Paulo, 2005).

Nesse contexto, a abordagem da orientação sexual reforçou o aspecto informativo e biologizante com prioridade para a prevenção das IST/aids e da gravidez na adolescência, e outras ações, como a capacitação dos educadores para o atendimento de primeiros socorros. Verificou-se que, as estratégias da nova gestão municipal voltadas à sexualidade estavam dissociadas das propostas implementadas na gestão anterior, evidenciando assim, vulnerabilidades no plano programático e na sustentabilidade das ações. Cabe destacar que houve uma mudança de foco e principalmente de concepção pedagógica na abordagem da sexualidade. Na percepção de um dos entrevistados, o tema deixou de ser prioritário na nova gestão, enfatizando que “o foco agora é a questão da educação, da tecnologia, do desenvolvimento; então eu não vejo como traçar um paralelo com o que houve antes... O projeto novo que trabalha a questão da saúde, não é só de saúde sexual, mas trabalha o aluno que precisa de um exame de acuidade visual, vê se as vacinas estão em ordem... (entrevistado 4).

Assim como observado em outros estudos, pôde-se verificar que o processo de descontinuidade dos projetos na mudança da gestão municipal corroborou para o aumento da vulnerabilidade programática no campo das políticas públicas voltadas à sexualidade e à promoção da saúde dos adolescentes na rede da SME-SP. As investigações conduzidas por Ayres e colaboradores (2006) indicam que, em última instância, a vulnerabilidade programática está associada ao grau de compromisso das instituições em desenvolver programas que promovam e assegurem o acesso dos adolescentes às informações técnico-científicas e, sobretudo à formação de atitudes e práticas sexuais seguras.

Considerações finais

A investigação com os atores envolvidos na condução das ações de orientação sexual nas escolas possibilitou um melhor entendimento das circunstâncias que solaparam os esforços para a incorporação de uma abordagem construtivista e dialógica da sexualidade. As principais categorias do estudo evidenciaram dificuldades estruturais do sistema, como a alta rotatividade dos professores, e pedagógicas, como a não inserção do tema no projeto político pedagógico e a abordagem restrita às disciplinas de Ciências e Biologia. As atividades dependeram do interesse

peçoal dos professores, da disponibilidade e do compromisso dos coordenadores pedagógicos e dos diretores, revelando um baixo grau de institucionalização e pró-atividade da comunidade escolar.

Ações de promoção de saúde pressupõem a realização de parcerias intersetoriais, mas conforme apontado pelo estudo foi reproduzida uma lógica caracterizada por ações pontuais e fragmentadas, baseada em palestras. A intersetorialidade, essencial para o desenvolvimento de um trabalho contínuo e articulado entre as escolas e as unidades de saúde, é um grande desafio a ser alcançado com a desconstrução da racionalidade setorial presente no campo das políticas públicas. Do ponto de vista da avaliação dos programas, a mesma não foi associada a um processo de planejamento e não era utilizada como uma ferramenta para o aprimoramento das ações.

Tratando-se de questões que envolvem mudanças de atitudes e comportamentos, a efetividade dos projetos e ações depende do reconhecimento da temática em todos os níveis decisórios da gestão pública, além da mobilização permanente da comunidade escolar. Não obstante a implementação dos projetos pela SME-SP, entre 2001 e 2004, constatou-se que houve descontinuidade na mudança da gestão. O “Programa São Paulo é uma Escola”, implantado pela nova gestão, em 2005, reforçou o modelo biomédico e campanhista, tendo como consequência o aumento da vulnerabilidade programática na condução das ações de promoção à saúde na rede municipal de ensino.

Nas escolas, a concepção teórico-metodológica hegemônica não estava alinhada à pedagogia construtivista e às diretrizes recomendadas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Dentre as atividades pedagógicas, privilegiou-se a disseminação de informações técnico-científicas com enfoque biologizante e redutor da sexualidade. Os professores perceberam-se com pouca legitimidade e autoridade para trabalhar a temática da orientação sexual, sobretudo com seus pares e com os alunos.

É fundamental envidar esforços no âmbito da gestão das políticas públicas para fortalecer a atuação em rede e ampliar a corresponsabilização dos gestores no enfrentamento da vulnerabilidade programática, visando à construção de respostas sustentáveis. A complexidade da descoberta da sexualidade, especialmente na adolescência, envolve a formação de atitudes de autocuidado e respeito à diversidade, bem como a construção de projetos de vida. A escola é um lócus privilegiado para a formação do cidadão crítico, podendo se configurar como um espaço de reflexão e formação contínua, produzindo impactos positivos na vida dos adolescentes. Estudos retrospectivos, como o aqui relatado, contribuem para conhecer e fortalecer o campo da orientação sexual, respaldando o saber-fazer dos professores e indicando caminhos para a superação das lacunas presentes na instituição escolar.

Transformar uma plataforma de orientação sexual em políticas públicas efetivas prossegue sendo um grande desafio para a escola e para a sociedade. Embora os direitos sexuais e os direitos reprodutivos estejam reconhecidos no plano normativo, muito ainda há que se avançar no plano programático para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais e para a construção da cidadania. É mister recomendar a defesa das diretrizes preconizadas pelos marcos definidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação ainda vigentes, com vistas à defesa da equidade de gênero, à não discriminação e ao respeito à diversidade e à pluralidade cultural.

Referências Bibliográficas

- Ayres, José R.C.M. (2002). Práticas educativas e prevenção de HIV/Aids: lições aprendidas e desafios atuais. *Interface*, 6(11), 11-24. Acessado em 22/03/2017, de: <http://www.scielo.br/pdf/icse/v6n11/01.pdf>
- Ayres, José R.C.M., Freitas, Ângela C., Santos, Marco A.S., Saletti Filho, Haraldo C., & França Júnior, Ivan. (2003). Adolescência e aids: avaliação de uma experiência de educação preventiva entre pares. *Interface*, 7(12), 123-138. Acessado em 22/03/2017, de: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832003000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt
- Ayres, José R.C.M., Calazans, Gabriela J., Saletti Filho, Haraldo C., & França Júnior, Ivan. (2006). Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. Em Gastão Wagner de Souza Campos, Maria Cecília de Souza Minayo, Marco Akerman, Marcos Drumond Junior., & Yara Maria de Carvalho. (Eds.). *Tratado de Saúde Coletiva*, (pp. 375-418). São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Barboza, Renato, Pupo, Ligia R. & Pirotta, Kátia C.M. (2014). Orientação sexual na escola: uma análise da sustentabilidade de políticas intersetoriais de Educação e Saúde no município de São Paulo. *Revista Gestão & Políticas Públicas*, 4(2), 282-302. Acessado em 02/02/2017, de: <http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/97893>
- Bardin, Laurence. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil. (20 de dezembro de 1996). Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União – Seção 1, 23/12/1996.
- Brasil. (1997). Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto.
- Brasil. (2005). Departamento Nacional de DST e Aids. *Resultados sobre saúde e educação preventiva no Censo Escolar 2005*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2006a). Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. Acessado em 22/06/2017, de: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf.
- Brasil. (2006b). *Programa Nacional de DST e Aids: Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Brasil. (2010). *Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens a promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Buss, Paulo M. (2003). Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. Em Czeresnia, Dina., & Freitas., Carlos Machado de. (Eds.). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*, (pp. 15-38). Rio de Janeiro: Fiocruz.

- Calazans, Gabriela. (2012). Educação entre pares: uma tecnologia em busca de definições. Em Vera Paiva, Lígia Rivero Pupo, & Fernando Seffner. (Eds.). *Vulnerabilidade e Direitos Humanos – prevenção e promoção da saúde: pluralidade de vozes e inovação de práticas*, (pp. 137-152). Curitiba: Juruá.
- Campos, Luiz C., Araújo, Teo W., & Arruda, Silvani. (2013). Prevenção às DST/AIDS a partir da articulação Saúde-Educação. Em Vera Paiva, Ivan França Júnior, & Artur Olhovetch Kalichman (Eds.), *Vulnerabilidade e Direitos Humanos – prevenção e promoção da saúde: planejar, fazer, avaliar*, (pp. 155-190). Curitiba: Juruá
- Dalfior, Eduardo T., Lima, Rita de C. D., Andrade, Maria A. C. (2015). Reflexões sobre análise de implementação de políticas de saúde. *Saúde debate*, 39(104), 210-225.
- Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, & Ecos Comunicação em Sexualidade. (1994). *Guia de orientação sexual: diretrizes e metodologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Louro, Guacira L. (2004). *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes.
- Marques, Eduardo., & Faria, Carlos A.P. de. (Org.). (2013). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo, Maria Cecília S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco.
- Monteiro, Paulo H. N., & Bizzo, Nelio. (2015). A saúde na escola: análise dos documentos de referência nos quarenta anos de obrigatoriedade dos programas de saúde, 1971-2011. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 22(2), 411- 427.
- Organização das Nações Unidas. (1995). *The Fourth World Conference on Women - Beijing Declaration and Platform for Action*. Acessado em 11/06/2018, de: <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf>
- Paiva, Vera. (2002). Sem mágicas soluções: a prevenção e o cuidado em HIV/AIDS e o processo de emancipação psicossocial. *Interface*, 6(11), 25-38.
- Paiva, Vera, Pupo, Lígia R. & Barboza, Renato. (2006). O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil. *Revista de Saúde Pública*, 40(Supl. 1), 109-119.
- Pirotta, Katia C. M., Pupo, Lígia R., Barboza, Renato., Unbehau, Sandra., & Cavasin, Sylvia. (2006). *Educação Sexual na Escola e Direitos Sexuais e Reprodutivos – Avaliação da Política da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo 2001 a 2005*. Relatório final de pesquisa. Ecos Comunicação em Sexualidade/Instituto de Saúde.
- São Paulo. (15 de agosto de 2005). Decreto Municipal nº 46.210. Dispõe sobre o Programa “São Paulo é uma Escola” instituído nas unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino nos termos do Decreto nº 46.017, de 1º de julho de 2005. Acessado em 7/06/2018, de: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16082005D%20462100000

Sfair, Sara C., Bittar, Marisa., & Lopes, Roseli E. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. (2015). *Saúde e Sociedade*, 24(2), 620-632.

Souza, Celina. (2006). Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 16, 20-45.

Recebido em 28/02/2017

Revisado em 27/03/2017

Aceito 22/04/2017